



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

REFLEXÕES SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PROGRAMA DE MORADIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ILANNA TEIXEIRA NUNES¹

FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE²

RESUMO

Este artigo aborda a permanência de estudantes migrantes no ensino superior a partir de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Ceará. A proposta do estudo consistiu em entender as perspectivas dos estudantes quanto à repercussão das ações de assistência estudantil em suas trajetórias acadêmicas. Em termos metodológicos, caracterizou-se pela abordagem qualitativa, com enfoque descritivo. Para tal, foi realizada a análise dos dados coletados em entrevistas com parte dos discentes atendidos pelo Programa de auxílio moradia, bem como as pesquisas documental e bibliográfica. Os resultados apontam a relevância da política de assistência estudantil, em especial as ações do auxílio moradia, para a permanência e conclusão da graduação, além de repercutir positivamente quanto aos aspectos sociais e emocionais. Essa pesquisa possibilitará contribuições no campo prático da política de assistência estudantil à medida que subsidiar as intervenções dos profissionais que trabalham na área, além da produção de estudos sobre o tema.

Palavras-chave: ensino superior; assistência estudantil; auxílio moradia; permanência estudantil.

ABSTRACT

This article addresses the permanence of migrant students in higher education based on a research carried out at the Federal University of Ceará. The purpose of the study consisted in understanding the students' perspectives regarding the repercussion of student assistance actions on their academic trajectories. In methodological

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

terms, it was characterized by a qualitative approach, with a descriptive focus. To this end, the data collected in interviews with students assisted by the Housing Program was analyzed, as well as documentary and bibliographic research. The results point to the relevance of the student assistance policy, especially the actions of the Housing Program, for the permanence and completion of graduation, according to the reports of the interviewed students, in addition to having a positive impact on social and emotional aspects. This research will enable contributions in the practical field of student assistance policy as it subsidizes the interventions of professionals working in the area, in addition to the production of studies on the subject.

Keywords: higher education; student assistance; student housing; student permanence.

Introdução

Houve um avanço em várias pautas sociais nas duas últimas décadas, mas a garantia da educação superior na realidade brasileira ainda é atravessada por vários desafios, principalmente quanto ao acesso da população entre 18 e 24 anos de idade. No âmbito do ensino superior também se reproduzem as relações de poder e exclusão do sistema de desigualdades do capital, promovendo o alijamento de milhares de jovens da universidade.

Com as reformas educacionais realizadas nos anos 2000, o país experimentou um aumento considerável no número de matrículas no ensino superior (principalmente na rede privada). Milhares de jovens conseguiram ter acesso a um curso de nível superior, fato muito emblemático se compararmos com períodos históricos anteriores, porém faz-se presente um importante aspecto: permanecer na universidade. Diante dessa questão, uma parte dos estudantes se depara prontamente com elementos constitutivos e essenciais para a existência: manutenção da moradia/alimentação.

Sabe-se que juntamente com o processo de expansão da rede federal de ensino, ocorreu a interiorização da educação superior. Este movimento levou cursos de graduação e pós-graduação para cidades de médio e pequeno porte, promovendo diversas transformações no cenário dos municípios, assim como no cotidiano de seus habitantes. Com a relativa aproximação de universidades e faculdades em suas regiões, muitos jovens que não ousavam migrar para os centros urbanos mais distantes, agora vislumbram chances mais próximas de acesso ao ensino superior.

O processo de interiorização da universidade, ao contrário do que muitos podem imaginar, não excluiu a necessidade dos estudantes deixarem suas casas para morar em outras cidades. O processo de migração ainda é indispensável para uma parcela considerável de jovens universitários, uma vez que muitas cidades em torno dos *campi* estão geograficamente bastante distantes. Essa realidade impõe para as Instituições uma demanda, cada vez maior, por ações de assistência estudantil que assegurem a permanência dessa parcela de discentes.

As mudanças que as universidades públicas atravessaram nas duas últimas décadas têm engajado um número crescente de pesquisas acadêmicas. Porém, ainda são poucos os estudos que buscam entender como as ações de assistência estudantil vêm se apresentando na vida acadêmica dos discentes, principalmente na dos que dependem diretamente dos programas de moradia para morar nas cidades sedes dos cursos. Os estudantes que habitam as residências universitárias ou recebem algum auxílio financeiro para custear despesas com aluguel são, geralmente, a face mais vulnerável do público atendido pela política de assistência estudantil.

Diante desse contexto, compreender o modo que as ações de assistência estudantil, em especial as de promoção da moradia, repercutem na trajetória acadêmica de jovens das classes populares é fundamental para subsidiar discussões sobre o direito à educação, de modo mais abrangente, e o acesso e a permanência no ensino superior, de maneira mais específica. Para consecução desse intento, optou-se por conduzir a pesquisa em um *campus* localizado no interior do estado do Ceará, na cidade de Sobral, distante mais de 200 km da capital Fortaleza.

Por se tratar de uma investigação de natureza aplicada, com enfoque qualitativo, privilegiou-se os significados que os sujeitos desenvolvem de suas experiências no mundo social. Adquiriu centralidade, portanto, o estudo da história, das representações, relações, crenças, percepções e opiniões dos estudantes entrevistados. Isto posto, a abordagem interpretativa, também conhecida como construtivismo social (Creswell, 2014), orientou a perspectiva teórico-metodológica do trabalho investigativo.

A fase inicial da pesquisa de campo se deu com a coleta das informações socioeconômicas de todos os discentes do campus participantes do auxílio moradia, assim como de seus familiares, construindo uma caracterização mais ampla do perfil desses usuários. Em seguida, foram empreendidas entrevistas semiestruturadas com estudantes de cada curso de graduação, as quais contaram com perguntas abertas que se propunham a abordar diferentes dimensões das trajetórias desses sujeitos na Universidade. As pesquisas documental,

bibliográfica e de campo compuseram o trabalho investigativo, é resultado de uma dissertação de mestrado.

Tendo em vista esse panorama, o objetivo deste artigo é refletir sobre as repercussões do Programa de Moradia Estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC) nas trajetórias acadêmicas de jovens das classes populares, oriundos de cidades de pequeno porte da região norte do estado do Ceará. Procurou-se privilegiar as narrativas tecidas pelos sujeitos acerca da sua própria experiência de vida. Para tal, participaram da pesquisa jovens universitários integrantes do auxílio moradia do *Campus Sobral*.

As reformas educativas na rede federal de ensino superior nas duas últimas décadas

A educação superior, principalmente nas universidades públicas, por um longo período foi ocupada pelas elites (Fonseca, 2018; Esther, 2015), materializando-se por diversos processos de seletividade (Lima; Bianchini, 2017). Porém, nas duas últimas décadas, esse nível de ensino tem sido atravessado por mudanças significativas, conseguindo ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos.

No início dos anos 2000, marcadamente pós-2003, novos elementos foram incorporados no âmbito das políticas públicas no Brasil, inclusive na educação superior. Conforme Cislaghi e Silva (2013), esse período é definido por um processo de expansão do ensino terciário em conformidade com os ditames do Banco Mundial, tendo por objetivos formar mão de obra qualificada para o mercado e favorecer a coesão social através da expansão do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, promovendo, assim, uma massificação desse nível de ensino. Mesmo que as medidas praticadas tenham beneficiado fortemente parcelas da burguesia interna, sabe-se que as camadas médias e populares obtiveram alguns ganhos, como a ampliação do acesso - principalmente para negros/as e indígenas.

Uma das primeiras deliberações adotadas para a expansão da rede federal de ensino superior tratou-se do aumento de investimento, que se traduziu na edição do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Instituído em 2007, o REUNI teve como objetivo ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação (BRASIL, 2007). A adesão das universidades ao Programa repercutiu por meio do aumento das vagas, cursos e das próprias IFES. Neste sentido, pode-se destacar que as mudanças ocasionadas pelo REUNI modificaram a cena nas universidades federais, as quais

passaram a contar com novos atores. Estes, inclusive, em boa parte, somaram forças à luta por uma política de assistência estudantil (Cislaghi e Silva, 2013).

Somado a esse contexto de mudanças, convém citar a luta empreendida pelo FONAPRACE para o estabelecimento de medidas de assistência estudantil, que por meio de pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes da graduação travou movimentos importantes para articular propostas de criação da Política Nacional de Assistência Estudantil. Em 2007, a Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior - ANDIFES - conjuntamente com o FONAPRACE recomendou ao Governo Federal a adoção de um Plano que contemplasse essas medidas, impulsionando a edição da Portaria nº 39. Essa Portaria, criada em dezembro de 2007, instituiu o Programa de Assistência Estudantil, configurando-se como a primeira iniciativa legal no âmbito das universidades e institutos federais que tinha o objetivo de consolidar ações que dessem suporte à permanência dos estudantes com dificuldades econômicas e sociais. Posteriormente, o referido instrumento normativo é modificado para o formato de um Decreto, passando por algumas alterações.

Outra relevante medida implementada nas IFES trata-se da Política de Cotas. Aprovada em 2012, a Lei nº 12.711 percorreu um longo caminho para sua implementação. Objeto de reivindicação de diversos movimentos sociais da negritude, as medidas de ação afirmativa foram a soma de grandes esforços. A Legislação dispõe, em síntese, sobre o ingresso de estudantes egressos de escolas públicas, pretos/as, pardos/as e indígenas e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo sendo alvo de inúmeras críticas, Senvevies e Mello (2019) indicam que a Lei de Cotas, em conjunto com o Sistema de Seleção Unificado - SISU/ENEM, alterou significativamente a participação de pretos/as, pardos/as e indígenas nas IFES. O perfil dos estudantes nessas instituições, de acordo com a última pesquisa elaborada pelo FONAPRACE (2018), é constituído prioritariamente por jovens pretos/pardos/indígenas, do sexo feminino e que vivem com renda per capita de até um salário mínimo e meio (70,2%).

É válido considerar que as ações implementadas nos últimos anos promoveram mudanças no cenário da educação superior no Brasil, principalmente no âmbito das instituições federais. Em alguma medida, esse campo, por meio do ingresso de novos atores, vem passando por um processo de reconfiguração. O acesso e permanência de sujeitos sociais, até então à margem do sistema de educação superior, é visto como uma conquista da classe trabalhadora, assim como de grupos historicamente alijados desses espaços, como negros/as e indígenas.

O PNAES enquanto programa social da política educacional brasileira

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES é o principal instrumento regulatório para assistência aos discentes de graduação nas IFES. Esse Programa estabelece a assistência estudantil em nível institucional em todo o país (Dutra; Santos, 2017), assim como a coloca enquanto política pública de direito. O PNAES traz ações amplas, que percorrem diversos direitos sociais e estabelece que caberá às IFES organizar os critérios e metodologia de seleção dos discentes a serem beneficiados.

Os objetivos do Programa são: democratizar as condições de permanência dos estudantes; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; reduzir as taxas de evasão e retenção; e apoiar a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2020). Também estabelece que ações devem ser desenvolvidas para contemplar as áreas de: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência/transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades e superdotação.

O público prioritário do PNAES é formado por estudantes da rede pública da educação básica e/ou de famílias com renda per capita não superior a um salário mínimo e meio (cabendo às IFES estabelecerem mais requisitos, caso seja pertinente). Na prática, segundo Mocelin (2019), esses critérios se traduzem como uma restrição para o conjunto dos estudantes, destinando a assistência estudantil apenas para uma parcela. A focalização da assistência estudantil leva a uma “divisão entre estudantes pobres e supostamente ricos, estigmatizando os que precisam mais e excluindo uma larga parcela de estudantes que, para ter dedicação exclusiva aos estudos, também necessitam auxílio do Estado” (Cislaghi; Silva, 2013, p. 507).

Apesar do caráter focalizado do PNAES, a UFC ampliou consideravelmente o alcance das ações de assistência aos estudantes, que ocorriam desde 1957, mas tinham abrangência muito menor. Assim, na última década, a Instituição pôde oportunizar novos serviços, os quais podem ser divididos, resumidamente, em cinco frentes: apoios psicossocial e acadêmico, alimentação, moradia e esporte. As ações com maior impacto financeiro e alcance são as de alimentação, moradia e apoio acadêmico. Para acessar essas ações, o universitário precisará participar de um processo seletivo, regulamentado por edital específico. Neste, precisará entregar documentação comprobatória da situação socioeconômica de sua família, assim como a sua própria. Em média,

são publicados dois editais anualmente, os quais não atendem metade dos inscritos, principalmente se for o auxílio moradia.

Em relação às ações de assistência aos estudantes do *campus* de Sobral, há a concentração dos serviços no repasse dos auxílios financeiros e acesso ao restaurante universitário, tendo pouca oferta dos serviços de apoio psicossocial, marcadamente de orientação pedagógica. Dessa forma, dentre as iniciativas da assistência estudantil de maior relevância, há o Programa de Moradia, ofertado via auxílio pecuniário. Conforme o sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFC, o referido Programa deve atender estudantes dos cursos de graduação presencial, cujo núcleo familiar reside fora da sede de seu *campus*, assim como comprovar situação de “vulnerabilidade” socioeconômica. Em regra, o beneficiário fará jus ao auxílio durante o período de seu curso, e terá também isenção da taxa do restaurante universitário.

No *Campus* Sobral, aproximadamente 50% dos discentes que participaram do processo seletivo para os auxílios estudantis no ano de 2022 inscreveram-se para o recebimento do auxílio moradia. É válido registrar que somente $\frac{1}{4}$ conseguiram ingressar no Programa de Moradia devido ao número reduzido de vagas. A quantidade de estudantes que têm núcleo familiar proveniente de outras cidades e que estão dentro dos critérios elencados pelo PNAES tende a ser muito maior que o registrado no processo seletivo, visto que muitos não obtiveram informações sobre o Programa e até mesmo desistiram de concorrer devido ao pouco número de vagas.

Corroborando a análise, temos o trabalho de Sousa e Freitas (2020), o qual aponta que 66,16% dos estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada também em Sobral, eram provenientes de outras cidades. Indica ainda que a renda familiar desse grupo não ultrapassa dois salários mínimos.

Por certo, esses percentuais conseguem referenciar o cenário no qual está circunscrito às universidades no município de Sobral. Compreende-se, a partir do levantamento desses dados, mesmo que breves, que apesar do esforço de interiorização, ainda é relevante medidas que deem suporte a moradia dos estudantes. Assim, o Programa de Assistência Estudantil da UFC, por meio do auxílio moradia, apresenta-se como direito social que busca diminuir as desigualdades educacionais no ensino superior ao garantir algo elementar: moradia.

Na esteira das análises sobre a condição desses estudantes, não se pode desconsiderar ainda os modos objetivos e subjetivos de existência desse agrupamento, materializados pelos capitais econômico, social e cultural. Por isso, no esforço de discutir a questão, trazemos para o

debate alguns dados da pesquisa que realizamos, a qual traça o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa auxílio moradia no Campus Sobral.

A começar pela situação socioeconômica, verificou-se que a renda familiar dos(as) graduandos(as) é de até meio salário mínimo *per capita* em 90% dos casos. Os familiares, em sua maioria, ocupam postos de trabalhos que exigem nenhuma ou pouca qualificação técnica, tendo como consequência direta menor remuneração, já que essas atividades, historicamente, proporcionam menor renda. Outra característica que marca esse grupo é a escolaridade da mãe e do pai (ou de quem criou como tal), que corresponde, respectivamente, a 94% e 98% de pessoas que não acessaram o ensino superior. Cerca de 59% dos homens não concluíram a primeira etapa da educação básica. Sabe-se que a escolaridade, assim como a renda, mantém relação significativa com a situação de trabalho, o que orienta consideravelmente a análise da condição social desses estudantes.

Em relação à origem escolar e regional, respectivamente, 88,58% cursaram o Ensino Médio na rede pública de ensino (o restante desse quantitativo cursou em escolas particulares sob a condição de bolsistas) e a maioria absoluta é oriunda do Estado do Ceará. A mobilidade acadêmica, propagandeada pelo novo sistema de seleção implementado pelo governo federal, não acarretou uma significativa mudança no contexto da UFC, de acordo com Coelho (2012). Igualmente à pesquisa de Sousa e Freitas (2020), citada anteriormente, a maior parte dos(as) graduandos(as) são da região Noroeste e Norte, correspondendo, dessa forma, à política de promoção da educação superior nas áreas intermediárias do Ceará.

No conjunto dos(as) estudantes integrantes do Programa auxílio moradia, encontra-se um perfil jovem, com trajetórias educacionais de êxito, baixo capital econômico e baixo capital escolar de suas famílias, apresentando uma quantidade considerável de familiares com o ensino fundamental incompleto, bem como exercendo trabalho com nenhuma ou pouca qualificação técnica. Portanto, o perfil apresentado é corroborado por outros estudos que discutem a trajetória acadêmica de jovens das camadas populares (Zago, 2007; Silva, 2018; Lacerda, 2006; Viana, 1998).

O Programa de Moradia visto pela ótica dos estudantes

Para a consecução da pesquisa, analisou-se a trajetória de estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFC, *Campus Sobral*, que integravam o Programa de Moradia. Nessa

situação, foram considerados estudantes provenientes da escola pública e que, conforme condicionalidades do Programa, têm núcleo familiar residindo fora da sede de seus cursos.

Com a realização das entrevistas, procurou-se nos discursos dos estudantes elementos acerca de sua participação no Programa da Moradia a partir de suas trajetórias acadêmicas. Como a maioria das pesquisas, entender como se deu a chegada na universidade, a troca de cidade, as condições de moradia atuais e as suas perspectivas sobre a vida acadêmica após o recebimento do auxílio foi essencial. Todavia, a pesquisa diferenciou-se ao trazer à tona os pontos de vista a partir das experiências dos estudantes.

Os entrevistados são provenientes de pequenos municípios localizados na Região Norte do Ceará, ou seja, localizados no entorno da cidade de Sobral. Todos mudaram-se de seus locais de moradia devido à distância até a universidade, visto que a longitude dificulta ou impossibilita o acesso. No que se refere à origem escolar, o ensino médio foi realizado na rede pública de ensino, cuja trajetória escolar foi exitosa, fato este que se repete na universidade. Esse cenário corrobora com uma das premissas da teoria de Bourdieu (2018) acerca da superseleção dos jovens universitários provenientes das classes populares. Todos se autodenominaram como provenientes das classes populares e são os primeiros de suas famílias a ingressar na educação superior. A trajetória escolar de boa parte dos pais (ou quem criou como tal) se deu até o ensino Fundamental. Também são usuários de um programa de transferência de renda do governo federal (Bolsa Família) para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, não por acaso, o principal ponto que perpassa o ideário dos jovens entrevistados sobre o ingresso no ensino superior trata-se da possibilidade de mudar as suas próprias condições socioeconômicas, como também de suas famílias, por meio da conclusão da graduação e ingresso no mercado de trabalho. Em menor proporção, há os que desejaram prolongar a trajetória educacional. Todavia, podemos encontrar um aspecto comum que atravessa os discursos: a relevância simbólica de estar na universidade. Para os jovens das camadas populares a conclusão de um curso de nível superior é um elemento diferenciador em suas trajetórias, ao contrário do que ocorre em grupos originários das classes médias e altas (Bourdieu; Passeron, 2014; 2018).

O início nessa nova etapa da vida pode ocasionar algumas dificuldades de adaptação, principalmente nas situações em que há questões contextuais mais amplas, como a mudança de cidade e o afastamento do núcleo familiar. Por isso, é elementar captar os pontos que perpassam essa transição, o que nos permite entender os investimentos de ordem psicossocial, econômica e

contextuais realizados pelos discentes. Decerto, essas questões repercutiram quanto aos arranjos e estratégias de permanência no ensino superior.

As entrevistas apontaram duas situações que caracterizaram o início das atividades universitárias: estudantes que realizavam o movimento pendular, ou seja, deslocavam-se diariamente entre suas cidades e a sede do campus; e uma outra parte que precisou mudar-se logo no começo das atividades acadêmicas devido a impossibilidade de deslocar-se todos os dias. Este segundo grupo necessitou, antes do recebimento do Auxílio, elaborar estratégias diversas para assegurar a manutenção na nova cidade, pois a família não conseguia sustentá-los financeiramente.

Aparentemente, o primeiro grupo não precisaria mudar para a sede do curso, afinal conseguia ir e vir todos os dias. Entretanto, há diversos relatos, em especial dos interlocutores da nossa pesquisa, sobre os impactos dessa prática, as quais têm como consequência o esgotamento físico e mental, além da perda de tempo com o deslocamento. Nesse sentido, há uma relação direta com o desempenho acadêmico, que é afetado por esses fatores. Para Ferreira (2017), o tempo de deslocamento é um relevante indicador da qualidade de vida em áreas urbanas, assim como um indicador das desigualdades sociais e espaciais (Aranha, 2015). Esse contexto, dadas as condições socioeconômicas, pode aprofundar ainda mais as dificuldades vivenciadas pelos estudantes, principalmente para aqueles que não conseguem romper com o movimento pendular.

Para os que migraram logo no início do curso, havia outras preocupações, como a manutenção da moradia e alimentação, que representavam um impacto no orçamento familiar (fonte de preocupação constante, conforme os relatos). Além dessas questões, também foi apontado a dificuldade na garantia de utensílios básicos para o lar e de material acadêmico (livros, apostilas, dentre outros).

De toda maneira, após o processo de migração (que ocorreu com todos os entrevistados), o período de adaptação na nova cidade foi visto como algo necessário, mas que trouxe dificuldades em diversos âmbitos, principalmente a ausência da rede de apoio familiar. Houve a percepção que dali em diante deveriam se tornar responsáveis por si, ao menos na maior parte do

tempo. Somada a esse processo, ocorria também o movimento de afiliação³ à condição estudantil.

Nesta direção, a procura pelo Programa auxílio moradia se deu basicamente devido às dificuldades socioeconômicas dos estudantes (e suas famílias) em custear as despesas com moradia e alimentação na sede dos seus cursos, conforme ilustrado antes. Compreende-se, portanto, que o fator material se sobrepôs, revelando as disparidades e desigualdades vivenciadas pelas juventudes. A privação ou a iminência de não conseguir subsidiar as despesas é fonte de constante preocupação e cansaço para os discentes, às quais atravessam o cotidiano acadêmico de modo sistemático. Assim, as falas dos interlocutores insistem em afirmar que questões como rendimento acadêmico e baixa evasão, por exemplo, estão imbricadas por múltiplas determinações, e não somente aos fatores pedagógicos e pessoais.

O recebimento do Auxílio, de acordo com os entrevistados, viabiliza o pagamento das despesas com moradia, bem como possibilita escolher o local de moradia. E isso, na perspectiva deles, ainda contribui para que decidam com quem vão morar (essa possibilidade de escolha é o principal traço distintivo das residências universitárias em relação ao auxílio moradia). Há também a chance de residir mais próximo aos prédios que sediam os cursos, visto que o *campus* de Sobral conta várias edificações geograficamente separadas. De modo geral, todos consentiram quanto à relevância desse recurso financeiro para as despesas de moradia e alimentação.

Um aspecto que chamou atenção nos relatos foi a recorrência do termo *estabilidade*. Todos afirmaram que após o recebimento do auxílio moradia puderam experimentar um sentimento de estabilidade, uma vez que a manutenção de suas moradias estaria assegurada e a família não precisaria mais enviar recursos. Esse sentimento de estabilidade pode ser um organizador dos afetos, da saúde mental e dos projetos de vida, pois os colocam em uma condição em que os planos de futuro não estejam ameaçados pela ausência de recursos materiais para custear as despesas. Tomou-se como premissa que houve uma mitigação do sentimento de instabilidade e ameaça a permanência após o ingresso no Programa, sendo este um relevante mecanismo de garantia à educação e fruição da universidade, essencialmente.

Em algum grau, todos os estudantes afirmaram depender do auxílio moradia para a sua permanência. Uma parte relatou que sem o recurso não conseguiria prover os gastos com aluguel

³ De acordo com o sociólogo Alain Coulon (2017), o processo de afiliação ocorre quando o estudante transforma as instruções do trabalho universitário em evidências intelectuais, construindo um *habitus* de estudante, o qual o insere em um ambiente social e mental com perspectivas comuns.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e alimentação. Outros, declararam que os pais ajudavam com uma pequena parte, a qual eles conseguiriam suprir as despesas com moradia com muitas dificuldades, mas não sobraria para outros itens básicos como vestuário, material acadêmico, remédios, dentre outros. Dessa forma, a existência desse Programa mostra-nos a efetividade das ações de assistência estudantil para a permanência no ensino superior.

Outro aspecto significativo que surgiu na pesquisa trata-se do desempenho acadêmico. Assim como a permanência, a garantia ao desenvolvimento acadêmico também é um direito dos estudantes. Ambos, pode-se considerar, andam lado a lado. Sabe-se também que o sucesso acadêmico é atravessado por vários fatores e variáveis, e que somente a inserção em algum programa de transferência de recursos, como é o caso do auxílio moradia, não determinará esse quesito, todavia tem propensão a produzir efeitos nessa direção, segundo as entrevistas.

Muitos estudantes relataram que economizavam nos gastos com aluguel (dividindo os dormitórios) para que sobrasse recursos para custear livros e apostilas. Vários fatores atuam indiretamente, promovendo contextos favoráveis aos estudantes, mesmo que essa situação não seja a ideal. Dessa forma, de acordo com o levantamento disponibilizado pela Equipe de Assistência Estudantil do campus, aproximadamente 83% dos discentes que compõem o Programa obtiveram rendimento satisfatório no último ano, e somente 2% evadiram. A pesquisa de Araújo et al (2019) vai ao encontro de nossa discussão ao sinalizar que os auxílios estudantis repercutem consideravelmente sobre a taxa de permanência na educação superior.

Mesmo que os entrevistados, em muitos momentos, afirmem que o auxílio é capaz de suprir os gastos para se manter na universidade, é preciso chamar atenção para outras falas que denunciam justamente o contrário. O trecho abaixo sintetiza bem as dificuldades e arranjos que são feitos por eles:

Passei um período só com o auxílio - então realmente era bem difícil, era na garganta. Então, assim, as pessoas que eu dividia me ajudava muito... a questão na divisão, na questão de alimentação, eu trazia muitas vezes de casa, né, arroz, essas coisas assim. E a outra pessoa que morava aqui comigo, como ela tinha um trabalho, então ela assumia algumas partes quando não dava, né?! Eu pagava aluguel, ajudava a pagar as despesas, mas é difícil quando você só conta com o auxílio, né?! Eu enfrentei sim dificuldade financeira, mas graças a Deus eu tinha quem me ajudasse, quem tivesse ali do meu lado (*Entrevistado 1, curso finanças*).

Averiguou-se que as condições de vida dos estudantes são bastante precárias. Claro que em comparação ao período em que não estavam inseridos no programa, as dificuldades eram muito maiores, no entanto não há como deixar de apontar a necessidade de ampliar a oferta de

bolsas para que ocorra o aumento da renda. Os desafios não param nesse quesito, pois ficou evidente também que há muitos estudantes que estão dentro do perfil para o auxílio e não há encontram vagas disponíveis.

Paralelo a esses processos, caminha lado a lado a falha no acesso à informação, a qual não chega, muitas vezes, ao aluno que está em maior dificuldade socioeconômica. Nesse cenário, há um duplo desafio para a Universidade: aumento no financiamento do programa de moradia (ampliando o número de vagas e o valor repassado) e melhoria nas condições de divulgação e comunicação com a comunidade discente.

Por fim, é preciso considerar também que os obstáculos vivenciados pelos estudantes não se resumem somente à garantia das condições materiais básicas, ao passo que ao longo da jornada universitária vão surgindo e reatualizando outras desigualdades, dentro e fora da universidade. Existe uma complexa condição estudantil, como nos informa Zago (2006), à problemática financeira vinculam-se outras, que somadas impactam a experiência subjetiva, intensificando, às vezes, o sofrimento existencial e as diversas formas de adoecimento psíquico.

Considerações finais

A discussão apresentada ao longo destas páginas teve como horizonte o debate acerca das condições de vida dos estudantes que acessam o programa auxílio moradia, no Campus da UFC em Sobral. Para isso, além da pesquisa de campo, foi necessário dialogar com estudos sobre as trajetórias acadêmicas de jovens provenientes da classe trabalhadora, bem como sobre as reformas educacionais no ensino superior brasileiro dos últimos anos e a Política de Assistência Estudantil do governo federal.

Considera-se que nos últimos anos houve uma expansão da rede federal de ensino superior junto a um processo de interiorização das instituições, ocorrendo o aumento no número de matrículas e a criação da política de assistência estudantil no âmbito das IFES. Assim, muitas cidades de médio porte passaram a sediar campus avançados, possibilitando aos jovens, que residiam em cidades pequenas, o acesso a cursos de nível superior. Esse movimento acirrou e aprofundou a demanda por programas de moradia nas universidades.

Dessa forma, identificou-se no contexto do Campus Sobral, em primeiro lugar, a insuficiência de vagas no programa de moradia. As vagas destinadas não conseguem suprir nem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

metade das solicitações, acarretando uma quantidade significativa de estudantes que não tem direito a usufruir das ações de assistência estudantil para moradia. Apesar deste ponto, verificou-se na pesquisa que há repercussões satisfatórias para os discentes atendidos pelo Programa, principalmente as relacionadas ao quesito moradia. Além dos efeitos iminentes relacionados ao custeio dos gastos com habitação, percebe-se que existem outros elementos que geram impactos no desempenho acadêmico. Esses impactos, em parte, também produzem efeitos quanto às questões de saúde mental, visto que se relacionam à percepção de estabilidade (menos preocupações com os gastos financeiros para manutenção na universidade). Além do mais, isso também implica em maior êxito no rendimento escolar.

Portanto, a pesquisa possibilitou identificar a relevância da política de assistência estudantil enquanto mecanismo para garantir o direito social à educação. Ademais, o programa de moradia implementado no campus de Sobral é um importante meio para que muitos jovens da região Norte do Ceará possam usufruir da universidade. No entanto, há o entendimento da necessidade de ampliar as investigações aqui iniciadas, principalmente para contextos de campi localizados no meio rural e entre estudantes negros/as e indígenas, realizando aproximações ou distanciamentos entre as trajetórias acadêmicas entre os grupos.

Referências

ARANHA, Valmir. Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2005, p. 96-109.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia, Ana Maria Baeta. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BRASIL. **Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007**. Cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil —PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CISLAGHI, Júlia; DA SILVA, Mateus. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: ampliação de vagas x garantia de permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 473–496, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025. Acesso em: 24 set. 2020.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

COELHO, Mônica Josiane. **A Política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma Universitária**: estudo sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>. Acesso em: 21 abr. 2019.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Trad. Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FERREIRA, Ulisses Carlos Silva. Movimento pendular, principais destinos e tempo de deslocamento para o trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, XVII, 2017, São Paulo. Anais[...]. São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1693/1672>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia, 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Brasília, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: síntese de indicadores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 14 ago. 2020.

LACERDA, Wânia Maria Guimarães. **Famílias e Filhos na Construção de Trajetórias Escolares Pouco Prováveis**: o caso dos iteanos. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em:<http://www.aeitaonline.com.br/wiki/images/5/5d/Lacerdat2006.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LIMA, Lucinete; BIANCHINI, Angelo. Seletividade e/ou Democratização da Educação Superior em Tempos do SISU. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, vol. 21, n. 1, p. 495-514, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOCELIN, Cássia. Assistência Estudantil como Política de Proteção Social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersectorial. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 45, p.239-260, set./dez. 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=705&sid=60>. Acesso em 20 ago. 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Acesso à Educação Superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial-Out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, Jailson de Souza e. **Por que uns e não outros?** Caminhada de jovens pobres para a universidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

SOUSA, Maria de; FREITAS, Isaurora de. Políticas de Assistência Estudantil e Programas de Bolsas como mecanismo de incentivo à permanência de jovens de baixa renda na universidade. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, n. 14, v. 2, p. 100-124, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/451/296>. Acesso em: 19 ago. 2022.

VIANA, Maria José Braga. **Longevidade Escolar em Famílias de Camadas Populares: algumas condições de possibilidade**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85SJUP/1/2000000010.pdf>. Acesso em 01 out. 2020.

ZAGO, Nadir. Prolongamento da Escolarização nos Meios Populares e as Novas Formas de Desigualdades Educacionais. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (org.). **Sociologia da Educação**: pesquisa e realidade. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 128-153.

ZAGO, Nadir. Migração Rural-Urbana, juventude e Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64 jan./mar. 2015;